

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v17i30.741>

ÁFRICA: das diferenças, dos limites e os avanços das ações de resistência¹

AFRICA: on the differences, the limits and the advances of the actions of resistance

ÁFRICA: de las diferencias, de los límites y de los avances de las acciones de resistencia

RENATO DA SILVA MELO

Doutor, professor da Universidade Federal de São João del Rei,

Departamento de Ciências Sociais – Campus Dom Bosco

São João Del Rei – Minas Gerais, Brasil

renatosim@yahoo.com.br

Resumo: Neste trabalho discutirei como se processaram as estratégias colonialistas e os debates que se seguiram. Desde o final do século XIX, a África sofreu uma série de políticas intervencionistas, resultando numa era de catástrofe. As reações enquadravam-se entre três soluções: a submissão, a aliança e o confronto. Devemos observar que a resistência sob a ótica do político, da economia e da religião precisa ser reconsiderada. Para isso, trouxe os exemplos de Kimpa Vita e de Rainha Jinga, no período pré-colonial, para nos ajudar a compreender o fenômeno da resistência na longa duração. Descreverei a resistência de Menelik II contra a empreitada italiana na Etiópia e a ocupação da Namíbia pelas forças alemãs, caracterizada como a primeira grande experiência de campo de concentração e extermínio. Concluirei com a resistência em Moçâmedes, lugar de confronto entre portugueses e nativos liderados pelos sobas.

Palavras-chave: África. Colonização. Resistência.

Abstract: In this paper I will discuss how the colonialist strategies and the debates that followed were processed. Since the end of the 19th century, Africa has undergone a series of interventionist policies, resulting in an era of catastrophe. The reactions were framed between three solutions: submission, alliance and confrontation. We must note that resistance from the standpoint of politics, economics, and religion must be reconsidered. To this effect, I brought the examples of Kimpa Vita and Queen Jinga, in the pre-colonial period, to help us understand the phenomenon of long-term resistance. I will describe Menelik II's resistance against the Italian initiative in Ethiopia and occupation of Namibia by the German forces, characterized as the first great experience of concentration camps and extermination. I will conclude with the resistance in Moçâmedes, place of confrontation between the Portuguese and natives led by the sobas.

Keywords: Africa. Colonization. Resistance.

Resumen: En este artículo discutiré cómo se procesaron las estrategias colonialistas y los debates subsiguientes. Desde finales del siglo XIX, África ha experimentado una serie de políticas intervencionistas, que han resultado en una era de catástrofes. Las reacciones fueron enmarcadas entre tres soluciones: sumisión, alianza y confrontación. Debemos tener en cuenta que la resistencia desde el punto de vista de la política, la economía y la religión debe reconsiderarse. Para eso, presenté los ejemplos de Kimpa Vita y de reina Jinga en el período precolonial para ayudarnos a comprender el fenómeno de la resistencia a largo plazo. Describiré la resistencia de Menelik II contra la empresa italiana en Etiopía y la ocupación de Namibia por las fuerzas alemanas, caracterizada como la primera gran experiencia del campo de concentración y el exterminio. Concluiré con la resistencia en Moçâmedes, lugar de confrontación entre los portugueses y los nativos liderados por las sobas.

Palabras clave: África. Colonización. Resistencia.

¹ Artigo submetido à avaliação em julho de 2020 e aprovado para publicação em junho de 2020.

Introdução

Neste texto farei uma pequena exposição do processo de colonização da África e, em seguida, debatarei algumas formas de resistências e os problemas inerentes em determinadas concepções sobre as oposições ao colonialismo. Mostrarei como os povos da África reagiram às várias formas de confrontos, diante das ameaças de suas soberanias. Embora compartilhassem um mesmo objetivo, os opositores diferiam substancialmente na estratégia de curto prazo, na composição étnica, na escala e no grau de êxito que alcançavam. Desde a virada do século XIX para a centúria seguinte, a África sofreu uma série de políticas intervencionistas resultando em verdadeiras catástrofes². Havia um discurso, nos países europeus, que afirmava a importância da cruzada colonial para a abolição do tráfico internacional de escravos, levando, dessa forma, os africanos à condição de civilizados. A partir dos anseios dos europeus para saírem de sua crise econômica e forjar novos mercados, eles organizaram a Conferência de Berlim. Estabeleceu-se negociações diplomáticas para arbitrar os conflitos de interesses europeus. Uma das implicações políticas do processo de fragmentação da África foi a formulação de tratados que complementarizavam as decisões da Conferência. Dessa forma, foram dadas as condições imprescindíveis para que a conquista dos territórios africanos tivesse, por base, uma legislação forçada na dor, efetivando a legalidade pelo monopólio da violência nas ações imperialistas³.

As reações dos africanos tiveram como fundamento ora a submissão, ora a aliança ou o confronto bélico como último recurso. Os processos que irromperam as resistências se tornaram temas de estudos dos historiadores africanos atuais. Em nossos debates devemos interromper o discurso de classificação das sociedades da África entre as que possuem organização social hierarquizada e as que tem hierarquias difusas de poder descentralizado, possuindo, por isso, instituições mais pacíficas⁴. A resistência cotidiana utilizou-se de doenças simuladas, lentidão no trabalho, fugas, sabotagens de equipamentos, destruição de meios de comunicação e de transportes, oposição contra vacinas, formação de quilombos e solidariedade religiosa.

Nos debates contemporâneos, novos problemas estão surgindo em relação às esferas das resistências. Nesse sentido, a esfera da política, da economia e da religião, em alguns momentos, deve ser conjugada com os distanciamentos históricos ligados à longa

² GIFFORD, Prosser; ROGER, Louis W. *Descolonization and African Independence: the transfer of power, 1960-1980*. New Haven: Yale University Press, 1988.

³ CHALIAND, Gérard. *A luta pela África: estratégias das potências*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

⁴ LOPES, Carlos (org.). *A construção da nação em África*. Lisboa; Bissau: Inep, 1989.

duração, para compreendermos determinados acontecimentos da virada do século XIX e do início do XX. O confronto entre a Europa e a África se processava tanto pelas tentativas de manipulação econômica quanto pela imposição de ideias religiosas⁵. Como nos ensinou Marc Bloch, Fernand Braudel e Walter Benjamin, as mudanças espirituais são mais lentas do que as de ordem política e econômica. Por isso, trouxe alguns exemplos de resistências mais recuadas no tempo.

Na esfera religiosa temos o exemplo do que ocorreu no Congo, com a catolização das principais lideranças no final do século XV e no início do século XVI. A partir das crises sucessórias que afetaram a estabilidade política, surgiu uma jovem aristocrata de nome Kimpa Vita que disse ter falecido e depois ressuscitado como Santo Antônio. Ela deu início ao movimento conhecido como *antonianismo*. Nos discursos de Kimpa Vita sobressai uma forte conotação política. Os antonianos, com ousadia, colocaram a hierarquia católica e civil nos debates sobre processos de enculturação, influenciando as ações políticas num contexto de resistência mística. A compreensão do espectro religioso e do sagrado deve ser considerada além de sua efervescência fenomenológica como, por exemplo, o aparecimento das igrejas independentes na África do século XX, e os movimentos de resistência religiosos exemplificados na revolta do Maji-majis, na revolta de Maluma ou na rebelião Ashanti. Kimpa Vita foi denunciada por um capuchinho, no entanto, foi um membro dessa companhia que batizou a Rainha Jinga, pessoa inteligente e com habilidade diplomática, que manteve a independência do Ndongo, uma região que pertence hoje o país Angola. Após a morte do irmão, a Rainha apoderou-se das insígnias reais e conservou a libertação do reino. Ao liderar pessoalmente as guerras, ganhou reconhecimento e legitimidade para guiar o seu povo. Destacamos, assim, que a reação religiosa foi um importante componente nos movimentos de resistência na África.

O evento de maior importância e simbolismo para os africanos do século XX foi a resistência da Etiópia aos colonizadores europeus. Os italianos queriam dominar a região do chifre da África, para isso, tentaram burlar o rei Menelik II por meio de um tratado. O rei denunciou o acordo como falso, o que provocou a ira dos italianos, desdobrando num conflito armado. Menelik II conseguiu o apoio de outros reis da região, o que possibilitou formar um exército poderoso. Os italianos foram derrotados nos arredores de Adowa e obrigados a adiar o seu projeto expansionista no chifre da África.

⁵ MUNANGA, Kabengele. Quadro atual das religiões africanas e perspectivas de mudanças. *África*, São Paulo, n. 8, 1985.

Em se tratando da primeira experiência traumática de um campo de concentração na África, criado pelos alemães na atual Namíbia, no sudoeste africano, organizado pelo general Ludwig von Trotha, os alemães cercaram e imobilizaram o povo herero numa pequena área, junto com o gado e o despojou de todos os meios para sobreviver. Alguns grupos, junto com o líder Samuel Maherero, conseguiram fugir do campo de concentração para o sudeste e para a África do Sul. No entanto, os hereros que ficaram foram todos mortos por ordem de Trotha, no dia 2 de outubro de 1904. A primeira experiência nazista estava consagrada com êxito no continente africano, servindo de modelo aos futuros campos de concentração na Europa. Os hereros, contudo, deixaram uma herança de luta, de consciência histórica e racial, na qual a tradição seria comunicada às futuras gerações de combatentes pela liberdade.

Concluirei esse trabalho chamando atenção para uma forma de resistência empreendida pelos africanos a partir da análise feita nos *Cadernos Coloniais*, de Silva Guardado, oficial do serviço do governo português, que tinha como missão civilizar os angolanos. A revolta dos povos do Planalto de Moçâmedes teve início com uma campanha de vacinação do gado objetivando estancar uma epidemia que dizimava o rebanho. Como o gado bovino fazia parte das atividades econômicas habituais daquela população, seria razoável que os africanos vissem com bons olhos a medida profilática de proteção dos animais. No entanto, a forma como a campanha de vacinação foi desenvolvida e os abusos perpetrados pelos soldados e autoridades portuguesas contra as pessoas das comunidades, irromperam a recusa coordenados pelos sobas locais. A epidemia foi atribuída à maldição dos colonizadores portugueses, que trouxeram a peste junto com a sua ganância e a sua violência contra mulheres e homens do campo. As memórias de Silva Guardado tentam privilegiar um ser equilibrado no discurso, no entanto, sobressai a força da resistência africana. A organização social da maioria das comunidades africanas era diferente do império português, no qual o monarca decidia e os seus súditos cumpriam a deliberação.

Na África predominavam variadas formas de governo, conforme o Estado ou as estruturas sociais criadas pelos próprios africanos⁶. Em todas as categorias de organização do poder, seja estatal ou não, havia um esforço de limitação e partilha desse poder. A participação e uma certa solidariedade está presente no sistema africano, em que a organização autogestionária faz parte do ambiente e do mundo da vida das diversas comunidades do continente. Orientamos nossa perspectiva a partir das contribuições de Elikia

⁶ MUNANGA, Kabengele. África: trinta anos de processo de independência. *Revista USP*, São Paulo, n. 18, jun./ago. 1993.

M'Bokolo, no que se refere à Conferência de Berlim, bem como as suas conclusões acerca das formas de resistências africanas. Leila Hernandez, Terence Ranger, Gueye e Boahen ajudam-nos a situar o contexto e as estratégias de resistências nas suas múltiplas formas em várias partes da África.

As estratégias colonialistas e os debates sobre as resistências

À primeira vista pode parecer surpreendente que só no final do século XIX os europeus tenham conseguido penetrar no continente africano, afinal, a África é o vizinho mais próximo da Europa e, por isso, a região pioneira em que os europeus estabeleceram contato, tanto na Antiguidade como no começo da Idade Moderna. A África do norte foi uma parte muito importante do Império Romano, como testemunham as ruínas da ocupação romana na Líbia, na Tunísia e na Argélia, tão majestosas quanto as da própria Roma. Como berço da história do homem, a África sempre promoveu a imigração de povos. No período Moderno, a imigração forçada de vários grupos étnicos africanos deu sustentação econômica e social à vida no Novo Mundo⁷. Os africanos levavam consigo saberes, modos de vida, crenças e formas de trabalho que ajudaram na configuração das nações em formação. Na primeira parte dos oitocentos, era evidente que o relacionamento da Europa com a África mudaria significativamente. A África começava a adquirir importância devido às matérias-primas e à alimentos que poderiam fornecer diretamente à Europa, especialmente óleos vegetais, madeiras e amendoins da África ocidental, e marfim, cravo e outros produtos da África oriental⁸. Ao findar o século XIX, mais de 16 milhões de quilômetros de território africano, com uma população superior a 100 milhões de pessoas, tinham caído sob a autoridade europeia em pouco mais de 10 anos. A partilha da África foi a manifestação mais dramática da repartição do mundo entre as potências da Europa. Ela deu início a uma importante transformação no relacionamento entre os povos europeus e africanos, e provocou uma colisão de interesses políticos, econômicos e sociais que até hoje são sentidos na África⁹.

Do ano de 1880 até a Primeira Guerra Mundial, a África sofreu uma série de políticas intervencionistas, resultando numa era de catástrofe. Com as ações orquestradas pelos europeus, a África, que era majoritariamente independente, num espaço pequeno de tempo perdeu sua liberdade. Ligado à essa perda da liberdade estava a violência que acelerou

⁷ ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terra Mar, 1999.

⁸ MACKENZIE, J. M. *A partilha da África – 1880- 1900 e o imperialismo europeu no século XIX*. Trad. de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1994.

⁹ DAVIDSON, Basil. *O fardo do homem negro: os efeitos do Estado-nação em África*. Porto: Campo das Letras, 2000.

a penetração estrangeira. Claro que as sucessivas guerras de conquistas e as transformações abruptas das sociedades africanas forjaram várias formas de resistências, variando de lugares, das capacidades e do estado de desenvolvimento dessas sociedades. Para analisar alguns movimentos e formas de resistências dos africanos, precisamos delinear primeiro os fatos e os discursos que foram operacionalizados para justificar a dominação dos estrangeiros. Existia um discurso, que ecoou da historiografia colonialista, que afirmava a importância da cruzada colonial para a abolição do tráfico internacional de escravos e apresentava os africanos com os traços mais baixos relativos à evolução civilizatória. Dessa forma, haveria a necessidade de forças externas para emergi-los à condição de civilizados. Para isso, algumas ações políticas, econômicas, religiosas e diplomáticas foram envidadas¹⁰, dentre elas, devemos destacar a condenação do tráfico de escravos definidas no Congresso de Viena em 1815. Os missionários católicos franceses, desde 1848, fizeram vários protestos contra o aprisionamento e a escravidão dos povos da bordadura do Senegal. Escondidos sob o argumento de que era preciso “salvar as almas dos selvagens” e acabar com o “massacre de negros”, as potências europeias ocultavam a verdadeira ideia de conquista do continente africano.

A Conferência de Berlim foi a que aglutinou com mais sucesso as ações perpetradas pelos Estados desenvolvidos europeus. No entanto, a sua fama e a sua importância só foram atribuídas posteriormente, e os africanos, motivo da Conferência, não estavam representados. A partilha da África foi erroneamente atribuída a essa Conferência, ainda que vários historiadores se esforçam para demonstrar o sentido e os mecanismos envolvendo os fatos posteriores desse evento¹¹. A partir dessas observações, os quatro principais motivos da Conferência foram, primeiro, na conjuntura de 1865 até a primeira metade dos anos de 1890, os interesses do Rei Leopoldo II, da Bélgica, em fundar um império ultramarino. Leopoldo II patrocinou a realização de uma conferência de geógrafos e exploradores, a Conferência Internacional de Geografia, mais conhecida como Conferência Geográfica de Bruxelas, realizada em setembro de 1876. O segundo pretexto foi, sem dúvida, a frustrada corrida de Portugal em torno da conquista do “mapa cor-de-rosa”, anunciado em outubro de 1883 e materializado em 1886. Esse projeto pressupunha a ligação de Angola até Moçambique, do Atlântico até o Índico, abrangendo quase todo o território das atuais Zâmbia e Zimbábue. O terceiro grande agente motivador foi o expansionismo da política francesa,

¹⁰ COQUERY-VIDROVITCH, C.; MONIOT, H. *A África negra de 1800 a nuestros dias*. 2. ed. Barcelona: Labor, 1985.

¹¹ M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações: tomo II (do século XIX aos nossos dias)*. Trad. de Manuel Resende. Salvador: UDFBA, Casa das Áfricas, 2015. p. 358.

expresso na participação da França com a Grã-Bretanha, no controle do Egito, em 1879. Soma-se o seu interesse na ratificação de tratados com o chefe dos Betekes, Makoko, na bacia do Congo, área onde eram intensos a pesca e o comércio de escravos, madeiras para tingimento e tráfico regional de mandioca e peixe seco. Por último, destacam-se os interesses em torno da livre navegação e do livre comércio nas bacias do Rio Níger e do Congo. De forma explícita, os ingleses alimentavam também o sonho de um domínio do Cabo ao Cairo, cada vez mais dificultado pelos interesses de outros países europeus na África Central e pelos bôeres, seu grande obstáculo na África austral¹².

Impunha-se, dessa maneira, negociações diplomáticas capazes de arbitrar todos esses conflitos de interesses. Para tanto, coube a Bismarck organizar a Conferência de Berlim, ocorrida entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885. Uma das consequências políticas do processo de divisão do continente africano, estabelecido principalmente depois de 1890 e da formulação de tratados (muitos bilaterais) que complementariam as decisões da Conferência, foi criar as condições necessárias para que a conquista dos territórios africanos tivesse uma base legal. “Como se sabe, em nome da lei e da ordem, utilizando-se de mecanismo e instrumentos administrativo-jurídicos, as potências europeias mantiveram as fronteiras impostas”¹³. O cimento ideológico e a cobertura moral, formulados a partir de códigos de arbitragem para a “rapina africana”, foram a bandeira do abolicionismo. De todos os grandes beneficiários da partilha africana talvez tenha sido o próprio Leopoldo II, o soberano de um imenso território que não tinha colocado os pés naquele continente.

Existe um debate interminável sobre os vários fatores que levaram as potências europeias a colonizar a África. Vejamos o exemplo de Portugal sobre a partilha da África. Os historiadores debatem duas teses principais, sendo uma o do “imperialismo não econômico” e a outra do “imperialismo econômico”. A primeira tese, chama-nos atenção para a debilidade econômica e militar dos portugueses, assegurando que o comércio com a África era insignificante. O objetivo português era mais político e psicológico, devido à consciência exacerbada de um passado glorioso. Um estado nacional independente necessitava do reforço de um novo império. A tese do “imperialismo econômico” sublinha que a crise econômica da via capitalista teria empurrado Portugal para a corrida na África. A posição estabelecida na África e os direitos legais consolidados deram a Portugal uma parte dos despojos dos

¹² BUSH, Barbara. *Imperialism, race and resistance: Africa and Britain, 1919-1945*. Londres: Taylor and Francis, 1999.

¹³ HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 67.

vencidos¹⁴. Variando nas formas, na extensão e na intensidade, esses objetivos e novos problemas perpassavam pelo interesse da maioria das potências colonizadoras, sendo interesse econômico ou não, político ou religioso na África, haveremos de ressaltar as principais formas de domínio, a saber: conflitos, competição, entendimento entre as potências e a multiplicação de tratados com os chefes africanos. Como movimento dialético da história, essas medidas fizeram emergir uma série de resistências para interromper as ações dos europeus, desde guerras entre Estados, sabotagens de equipamento, desobediências, fugas individuais e/ou coletivas, migração em massa e até a formação de grupos de guerrilhas. Era presente, também, a resistência cotidiana e as greves por melhores condições de trabalho no contexto africano¹⁵.

Na Conferência de Berlim foi articulado que o domínio efetivo do território africano se tornou o pré-requisito para o reconhecimento internacional da posse pelos europeus, o que foi aceito por todos participantes. As ingerências econômicas levaram certos povos a adotarem atitudes hostis aos europeus invasores. Os governos europeus e seus respectivos agentes, negociantes e missionários, procuraram enfraquecer a posição de intermediários de diversos estados interiores da África e de pôr fim ao tráfico de escravos, já que isso não era mais compatível com o desejo das potências capitalistas de dispor de mercados estáveis e matérias-primas.

Durante as duas últimas décadas do século XIX, os Yao, os Macua, os Yeke, os Chikunda e os Ovimbundo resistiram tenazmente às pressões dos estrangeiros, ao mesmo tempo que numerosos camponeses e pequenos agricultores lutavam para conservar o controle de seus meios de produção e evitar que os alienígenas se apropriassem de suas terras, de seu gado, de seu trabalho e de suas mulheres¹⁶. Já os Lunda e as diversas etnias que viviam na região de Gambo, ao sul de Angola, usaram técnicas de guerrilha que lhes permitiram repelir as primeiras invasões europeias. Alguns estados, como o do Quintangona, no norte de Moçambique, ou o império Chikunda, do vale do Zambeze, chegaram a reconhecer a autoridade nominal de Portugal, desde que os lusitanos não se esforçassem para impor-lhes a dominação colonial. Essa estratégia não deu certo, pois foi acordado na Conferência de

¹⁴ CLARENCE-SMITH, Gervase. *O terceiro império português*. Lisboa: Teorema, 1990. p. 82.

¹⁵ CHILCOTE, Ronald (coord.). *Protest and resistance in Angola and Brazil*. California: University of California Press, 1972.

¹⁶ ISAACMAN, A.; VANSINA, J. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. v. 7, p. 194.

Berlim que o controle efetivo precedesse todo reconhecimento internacional dos direitos de uma nação sobre possessões coloniais, o que forçou os embates¹⁷.

Devemos evitar o erro de classificar as sociedades africanas entre aquelas que possuem organização social hierarquizada, com poder político forte e, por isso, mais bélicas e as que se formam por hierarquias difusas e descentralizadas, resultando em instituições mais pacíficas. Cometemos o equívoco de louvar os estados por seu papel na resistência à invasão europeia quando, na realidade, esse papel foi ambíguo. Se é verdade que alguns estados resistiram melhor às incursões do estrangeiro, muitas outras sociedades estatais, lamentavelmente, entraram em colapso no contato com os europeus. Por seu turno, a resistência de algumas sociedades sem estado foi muitas vezes duradoura e heroica, por exemplo, como as de Igbo, Baule e Agni que fizeram a guerra de guerrilha¹⁸. Os pesquisadores estão cientes da dificuldade de caracterizar os movimentos de resistência de forma linear e evolucionista, já criticado por W. Benjamin nas teses sobre a história¹⁹. No momento de constituição dos movimentos, na maioria dos casos da África, principalmente, a partir de 1890 até 1914, ocorre o entrelaçamento das esferas políticas, econômicas, culturais e religiosas. Devemos destacar, no entanto, que as resistências foram o resultado da perda da soberania, da quebra da legitimidade dos poderes locais, da intrusão religiosa, dos mecanismos de manipulação econômica, da repressão às manifestações culturais, entre outros pontos. Esses apontamentos mostram, em vez de problemas de formação de tipologias, para a riqueza dos debates das experiências africanas, exigindo melhor formulação de nossos conceitos²⁰.

Os processos que desencadearam as várias formas de resistências se tornaram temas de pesquisas dos principais historiadores africanos, principalmente, a partir da década de 1960, como reflexo da luta pela libertação. A longa tradição de luta dos povos africanos contra a espoliação estrangeira foi evocada de norte a sul e de leste a oeste. Segundo M'Bokolo, as resistências africanas assumiram uma diversidade tão complexa de fatores, entre os quais podemos destacar²¹: a) o tipo de organização política no momento da colonização ligado ao grau de integração da economia de mercado no capitalismo; b) a forma, a intensidade e a duração dos contatos exteriores ligados aos conquistadores associados, a

¹⁷ ISAACMAN; VANSINA, op. cit., p. 195-196.

¹⁸ THORNTON, John. The state in African historiography: a reassessment. *Ufahamu*, v. 4, n. 2, p. 113-126, 1973.

¹⁹ BENJAMIN, Walter. Über den Begriff der Geschichte. In: BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990, p. 698-702. Teses X a XV.

²⁰ CHARNEY, Craig. Political power and social class in the neo-colonial African state. *Review of African Political Economy*, n. 38, 1987.

²¹ M'BOKOLO, op. cit., p. 381.

forma da conquista militar, os acordos diplomáticos e o grau da violência da inserção estrangeira; e c) a organização social e cultural antes da colonização, bem como as mudanças e reajustamentos unidos à dominação. A dificuldade de formação de uma tipologia surge como decorrência da dificuldade de classificação. No entanto, distingue-se sem maiores obstáculos as resistências vinculadas à “conquista colonial” e as resistências aos “abusos concretos” da colonização, a exemplo do trabalho forçado, do imposto de capitação ou da taxa de habitação, das culturas obrigatórias, da imposição religiosa, entre outros.

Distintos estudos propõem, combinando sociologia, cronologia, extensões geográficas e ambições ideológicas, três fases de resistências: em primeiro lugar, as “resistências primárias”, opondo-se aos invasores e organizados em bases tradicionais, fundamentados na sociedade linhageira e sob o signo do chefe religioso. Esse tipo de resistência está fadado ao fracasso devido ao isolamento e à fragmentação. Em segundo lugar, as “resistências intermediárias”, que formam umnexo entre os antigos padrões (moral, ético, comportamental) e os novos, ligados à modernização. Por último, os vários “nacionalismos modernos” que levaram às independências²².

Se dividirmos as intervenções colonialistas com a conseqüente fragmentação dos estados africanos, teremos dois períodos de destaque. O primeiro é quando os europeus recorreram à diplomacia e à invasão militar, ou as duas simultaneamente, que vai de 1800 a 1900. A África ocidental, de uma forma geral, teve a grande época das assinaturas de tratados, seguidos, na maior parte dos casos, de invasões, conquistas e ocupação por exércitos treinados. O auge das conquistas europeias na África ocidental ocorreu nas duas décadas antes do final do século XIX. Em nenhum momento da história a África havia experimentado tantas intervenções, invasões e campanhas militares organizadas contra estados, sociedades e grupos étnicos autônomos. Destacam-se as campanhas dos franceses no Sudão ocidental, na Costa do Marfim e no Daomé (atualmente Benim), entre 1880 e 1898, e das forças britânicas no Ashanti (a Gana atual), na região do delta do Níger (Nigéria) e no norte da Nigéria, entre 1895 e 1903. Nessa fase histórica praticamente todos os africanos visavam salvaguardar a independência e o estilo vida tradicional. Os franceses preferiram, quase sempre, a conquista militar no lugar de tratados de protetorado, como fizeram os britânicos.

As reações dos africanos estavam entre três soluções, são elas: a submissão, a aliança e o confronto. Essa última solução, a do confronto, implicava a guerra aberta, cercos,

²² Ibid.

operações de guerrilha e a política de terra queimada²³. Na África ocidental, a grande maioria os dirigentes preferiram a estratégia da resistência ativa no lugar da submissão ou da aliança. A escolha dos franceses de operacionalizar a colonização e a disposição de resistência dos dirigentes africanos, explicam as expressivas ações violentas comparadas com outras regiões. Além da racionalização das ações de resistência, devemos destacar a força do islamismo naquela região. De fato, a islamização era muito forte em algumas regiões da África e, como destacou Michael Crowder, “para as sociedades muçulmanas da África ocidental, a imposição de um domínio branco significava a submissão ao infiel, situação intolerável para todo bom muçulmano”²⁴. Nesse período, os britânicos não hesitaram em recorrer à negociação pacífica, concluindo tratados de proteção com o norte de Serra Leoa e com a Costa do Ouro (Gana atual) e algumas regiões dos Iorubás. Todavia, no país Ashanti, no território dos Ijebu e no delta do Níger e no norte da Nigéria, os britânicos mobilizaram os seus exércitos (a maioria de mercenários africanos). Os povos dessa região variaram na política de confronto, de aliança ou de submissão, chegando a utilizar diferentes opções simultaneamente.

O segundo momento em que ocorre uma ofensiva por parte das nações europeias vai de 1900 a Primeira Grande Guerra. Nessa época, os meios utilizados pelos africanos da costa ocidental para atingirem os seus objetivos eram idênticos. Esses meios eram majoritariamente de três tipos: a) recuperar a soberania perdida, o que dá a entender a luta plena pela rejeição da dominação colonial; b) procurar corrigir certos abusos ou aspectos opressivos do colonialismo; c) procurar acomodar-se. A tática usada da resistência foi configurada por revoltas, migrações em massa, greves, boicotes, petições, emissários de embaixadores ou seus congêneres e embate ideológico. Os anos opressivos do colonialismo são sugestivos para as pesquisas os outros fenômenos históricos de resistência, as vezes poucos estudados por serem episódicos e de pequena extensão. De maneira geral, a historiografia tem considerado esses fenômenos sociais de protesto como marginais, talvez, porque as suas reivindicações tenham sido apresentadas de forma difusa. No entanto, recuperá-los significa interromper, de forma dialética, as configurações tradicionais de perceber as sociedades do continente africano sob o domínio do colonialismo, e compreender as incertezas e os descontentamentos diante da pobreza e da injustiça social²⁵.

²³ GUEYE, M’Baye; BOAHEN, Albert Adu. Iniciativas e resistência africanas na África ocidental, 1880- 1914. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 130.

²⁴ CROWDER apud GUEYE; BOAHEN, op. cit., p. 132.

²⁵ HERNANDEZ, op. cit., p. 128.

O historiador A. B. Davidson solicitou aos pesquisadores da história da África para que refutassem as concepções da historiografia europeia tradicional, pois ela afirmava que os povos da África viram com bons olhos a chegada dos colonizadores, porque os libertava das guerras fratricidas, da tirania das “tribos vizinhas”, das epidemias e das fomes periódicas”. No geral, a historiografia conservadora tinha um discurso de que as várias nações e etnias africanas não ofereceram resistência à expansão dos europeus na África, por isso, eram avaliados como “pacíficos”. Os grupos que combatiam eram “sedentos de sangue” e as suas reações eram enquadradas como “primitivas e irracionais”. O discurso dos defensores da colonização recusava considerar as rebeliões como fenômenos organizados conscientemente. Os teóricos da dominação estrangeira recusavam-se a admitir que a oposição estatal ou rebelde “[...] se tratava de guerras justas de libertação, motivo pelo qual recebiam o apoio da imensa maioria dos africanos”²⁶.

A resistência se manifestou em todas as sociedades e regiões onde houveram intrusão europeia. Os novos pesquisadores apontam para a reclassificação das revoltas, distinguindo pequenas rebeliões e grupos de banditismo isolados da conhecida resistência organizada, recuperando movimentos de grande envergadura que antes eram ignorados. São vários os exemplos de luta pela soberania, como veremos mais adiante, como, por exemplo, a do chefe Maherero, promotor do combate herero, que escrevia ao velho inimigo de Wittboi, em 1904, convidando-o para uma ação comum: “Meu desejo é que nós, nações fracas, nos levantemos contra os alemães [...] Que a África inteira combata os alemães, e antes morrer juntos que em consequência de sevícias, de prisões ou de qualquer outra maneira”²⁷. De fato, se o monopólio do Estado potencializa a luta pela organização, pelos equipamentos e pela logística, as sociedades sem estado africanas mostraram operações de resistência duradora e heroica, como a revolta da Vacina em Moçâmedes.

Devemos reconhecer que as formas de protesto social do cotidiano, como o banditismo social é o resultado das estruturas coloniais limitadoras das ações individuais e coletivas. A resistência cotidiana se utilizou, por exemplo, das doenças simuladas, da lentidão no trabalho, das fugas, das sabotagens de equipamentos, da destruição de depósitos e meios de comunicação, dos transportes e da pilhagem de armazéns das companhias. Muitas forças policiais foram recrutadas entre os próprios africanos, entre mercenários e seus aliados, para coibir e controlar os chefes africanos, o que despertou várias ações de protesto, sobretudo na

²⁶ DAVIDSON *apud* RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. v. 7, p. 52.

²⁷ RANGER, op. cit., p. 57.

África central, como as agitações contra a força pública no Congo e as Guerras Pretas em Angola²⁸. As reações de enfretamento são importantes como expressões de descontentamento, contrapondo-se às ideias de passividade e de apatia perante o sistema colonial, algumas vezes escritas pela historiografia colonialista.

Os novos problemas cronológicos e os temas das resistências reconsiderados

A crise da África moderna não começou com o novo imperialismo. Se é certo que, mais tarde, a invasão colonial trouxe desordem e confusão, os colonos já tinham larga experiência de contato e de dominação em algumas regiões da África pré-colonial. Quando analisamos a resistência sob a ótica do político, nos prendemos, preferencialmente, entre os anos de 1880 e 1900. No entanto, se considerarmos a resistência a partir da economia, os limites cronológicos se tornam bastante indefinidos. É o que defende Samir Amim, pois, segundo ele, durante os séculos XVII e XVIII, foram desencadeados na África ocidental movimentos de combate aos europeus. O confronto entre África e Europa não se processava pela política oficial, mas pelas tentativas de manipulação econômica. Amim assegura que o comércio pelo Saara tinha reforçado a centralização estatal e propiciado o progresso, enquanto que o tráfico internacional pelo atlântico não desenvolveu as forças produtivas e ainda promoveu a desintegração das sociedades africanas vinculadas àquele comércio²⁹. Na esfera religiosa, temos o exemplo do que ocorreu no Congo, com o extraordinário processo de catolização levado a cabo ali, a partir do fim do século XV, e o “aportuguesamento” de suas instituições sociais e de governo, a partir do início do século XVI, procedimentos esses que não implicaram, porém, no aniquilamento das tradições bakongo vigentes.

O Congo era um reino bem estruturado quando Diogo Cão chegou à foz do Rio Zaire em 1483 e fez contato com o mani Nsoyo, chefe da localidade na qual aportara. Aos olhos dos congoleses, o rei português passou a ser assimilado a *Zambem-apongo*, divindade suprema dos povos banto, senhor que reinava no mundo dos mortos por ter atravessado o oceano, a barreira da Kalunga³⁰. O manicongo, chefe maior, mandou erguer igrejas e ordenou que se organizassem rituais, tendo como base o catolicismo. A história fascinante e controvertida do cristianismo no Reino do Congo, contudo, não passa de uma conversão

²⁸HERNANDEZ, op. cit., p. 128.

²⁹RANGER, op. cit., p. 68.

³⁰SLENES, Robert. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez./jan./fev. 1991-1992. p. 54.

fundada em um “mal entendido” de duas culturas³¹, pois os portugueses conquistaram os ouvidos dos congoleses porque eram considerados, pelos nativos, como “sacrossantos”, brancos como os espíritos vindos do mar. E o cristianismo do manicongo e das elites do Congo teria sido superficial e apenas de fachada para que eles conquistassem audiência nas cortes europeias. No contexto de crise e fragmentação do Reino do Congo, brotou o antonianismo, movimento que, em termos religiosos e políticos, fornece-nos importantes pistas para compreendermos as complexas relações entre catolicismo, monarquia na África e a resistência daqueles povos³².

Foi uma jovem aristocrata, Kimpa Vita, nascida de família nobre congolesa, na década de 1680, batizada Dona Beatriz, que iniciou o movimento religioso. Kimpa Vita estava próxima de completar seus 20 anos quando, aproximadamente, entre 1702-1703, foi acometida de forte doença. Ela disse ter falecido e depois ressuscitado como Santo Antônio. Pregando às multidões, o movimento ficou conhecido como *antonianismo*. A pregação da profeta Kimpa Vita possuía forte conotação política pois, além de preconizar a reunificação do reino, chegou a envolver-se nas lutas facciosas. O catolicismo do movimento antoniano era muito original porque se adaptava em vários aspectos, na ação pedagógica dos missionários, como aconteceu com as igrejas independentes, no entanto, reprovava o comportamento do clero oficial. Kimpa Vita acusava os sacerdotes de terem “monopolizado a revelação e o segredo das riquezas para exclusiva vantagem dos brancos”, em detrimento dos interesses dos “santos negros”³³. O movimento do antonianismo despertou a cólera dos missionários capuchinhos e dos grupos nobres rivais de Kimpa Vita, bem como dos competidores pelo poder real.

O movimento religioso tem sido assunto dos mais polêmicos na historiografia, notadamente, a partir dos anos de 1950, quando os processos de descolonização se tornaram mais efetivos. Criticado pela historiografia oficial, o movimento foi postulado como heresia obscena e diabólica, principalmente, pelos membros da igreja e do colonialismo do tempo de Salazar. Por outro lado, o movimento foi considerado o precursor das guerras de independência acirradas nos anos de 1960. Também Georges Balandier considerou o

³¹ BALANDIER, Georges. *Daily Life in the Kingdom of the Kongo from the Sixteenth to the Eighteenth Century*. New York: Pantheon Books, 1968. p. 254; SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 364.

³² Os estudos e pesquisas sobre o antonianismo citados neste texto tem por fonte primária a “Relação” do capuchinho Bernardo da Gallo, editado pelo *Bulletin de L’Institut Historique Belge de Rome*, fasc. XXXIII, Bruxelles/Rome, 1961.

³³ VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. *Tempo*, v. 3, n. 6, p. 95-118, dez. 1998. p. 112.

movimento como o primeiro a indicar o caminho, sob forma messiânica, “para o reino ideal da liberdade”, isto é, como protonacionalismo congolês. Deve-se criticar os que veem o antonianismo como uma linha evolutiva até a descolonização dos anos 60, não obstante, é muito simplista a tese de se atribuir o movimento às imperfeições da catequese praticada no Congo. John Thornton afirma que, no contato entre congolezes e europeus, houve o desenvolvimento de um catolicismo africano, no qual os missionários cristãos percebiam a sua própria religião e as populações congolezas compreendiam essa crença estando ligada à sua tradicional forma de reverenciar os deuses e de se relacionar com o além. Caracterizou-se, portanto, em um diálogo de surdos, uma institucionalização também de um “mal-entendido”, ou seja, “[...] uma reinterpretação de mitologias e símbolos a partir dos códigos culturais próprios”³⁴. A conversão ao cristianismo foi dada como fato pelos missionários católicos, da mesma forma que a população nativa acolhia os novos ritos como novas formas de lidar com as crenças tradicionais. Se os antonianos colocavam em risco a hierarquia católica e civil e, por isso, influenciavam as ações políticas, eles deveriam ser vistos, no entanto, num contexto de resistência mística que perpassava as outras esferas da sociedade do Congo.

Uma outra forma de resistência que abarca a esfera política, também no contexto pré-colonial, foi o da Rainha Jinga (Ginga, Nzinga Ndongo, Nzinga Mbande Cakombe). Ela nasceu aproximadamente em 1582 e faleceu em dezembro de 1663, no reino de Matamba. Era filha de Nzinga a Mbande Ngola Kiluaje e de Guenguela Cakombe, tendo por irmão o régulo de Matamba Ngola Mbandi³⁵. Jinga nasceu no período de penetração portuguesa no reino do Ndongo, momento de intensas trocas e baculamentos (tributos comumente pagos em escravos). Com a crescente tensão entre os portugueses e os povos locais, o governador de Angola, Luís Mendes de Vasconcelos, invadiu, em 1617, o reino do Ndongo para construir o presídio de Mbaka. No conflito, o Ngola Mbandi foi derrotado e, por isso, enviou sua irmã, Nzinga, como embaixadora para negociar a paz. Inteligente e com bastante habilidade diplomática, manteve a independência do Ndongo, eliminou alguns tributos pagos à coroa portuguesa, mas manteve o comércio.

Com a morte do irmão, a Rainha Jinga apoderou-se das insígnias reais e assumiu o trono, sendo aceita pelo povo Mbundo como possibilidade de trazer a libertação do reino. Ganhou notoriedade entre os seus por liderar pessoalmente as guerras, criando, assim,

³⁴ THORNTON apud VAINFAS; SOUZA, op. cit., p. 116.

³⁵ O padre Cavazzi de Montecucolo descreve os acontecimentos que envolve a Rainha Jinga a partir da página 64 até a 86 do volume I. Cf. CAVAZZI DE MONTECUCOLO, Pe. João António (1622-1692). *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba, e Angola*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, (1. ed. 1687), 1965. 2 v..

legitimidade e tradição, pois permitiria que a sua descendência ascenderia ao poder do trono sem a contestação do sexo³⁶. Formou aliança com os reinos do Congo, de Kassanje, do Dembos e de Kissama. A estrutura burocrática organizada pela rainha era acessível a homens e mulheres. O sistema de justiça fundamentava -se nos serviços de autoridades que ouviam as queixas do povo e as apresentava à corte regional. A rainha buscou apoio junto aos temidos jagas, guerreiros nômades que se organizavam em Kilombos (acampamentos que se deslocavam de acordo com as necessidades de combate e com rigorosa hierarquia e disciplina militar). Sob o comando de Jinga, os Kilombos passaram a compor uma frente de resistência contra os inimigos.

Com o fim do acordo entre Matamba e os portugueses, a rainha sofreu reveses na luta. Em 1630 formaram-se duas coligações contra os portugueses, para isso, ela se aliou aos holandeses, que resolveram conquistar Angola, em 1637, para incrementar o fornecimento de mão de obra para os engenhos do Brasil. Como o domínio da coligação foi total, em 1647, o brasileiro Salvador Correia de Sá e Benevides, depois de encarniçados combates, derrotou os holandeses e seus aliados em 1648. A partir desse momento, inicia-se o domínio de brasileiros no lugar dos burgueses de Lisboa no tráfico de escravos. O papa Gregório XV criou a *Propaganda Fide* (para diminuir o poder das coroas ibéricas), e enviou missionários capuchinhos para a região. Nzinga viu nesses missionários capuchinhos a possibilidade de fazer novos aliados e restabelecer a paz. Retornando à fé católica, assinou em 1659 novo tratado de paz com Portugal.

A “maravilhosa conversão” da Rainha Jinga, depois de viver num reino de luxúria e perversidades, contrastou com decadência da fé entre seus súditos após a sua morte, tendo como consequência que apenas as galinhas dos jagas frequentassem a Igreja de Santa Ana de Matamba³⁷. Ao morrer como dona Ana de Souza, aos 81 anos de idade, Jinga foi admirada e respeitada no seu próprio tempo. O velho Ndongo recebeu o nome de Reino Português de Angola em 1671. O povo Mbundo venerou Jinga como a “rainha imortal”, que nunca se entregou e jamais aceitou a submissão dos invasores, sendo a verdadeira rainha do Dongo, a legítima angolana. O seu nome continuou sendo sinônimo de resistência angolana na luta pela independência na segunda metade do século XX³⁸.

³⁶ THORNTON, John. Legitimacy and polical power: Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*, v. 32, n. 1, p. 25-40, 1991. p. 40.

³⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 278.

³⁸ SERRANO, Carlos. *Angola: nasce uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1988.

Nestes dois exemplos, a da Rainha Jinga e a do movimento do antonianismo de Kimpa Vita, temos o contorno do sagrado servindo de resistência. Esse retorno da força da fé seria veiculado várias vezes nas revoltas de cunho religioso perpetradas em toda a África. Assim, o espectro da religião e do mítico, na longa duração, ajuda a compreender alguns fenômenos caracterizados pelos colonizadores como irracionais, tais como os *swikiro* (feiticeiros que invocavam os espíritos) bárué, tawara, tonga e de outros povos shona, na virada do século XIX para o XX, que preparavam poções divinas para paralisar as armas dos europeus e transformar suas munições em água. Por isso, não concordamos com as análises dos apologistas do colonialismo que enfatizavam como irracional e desesperado a resistência armada como resultado frequente da “superstição”. Os propagandistas da dominação europeia sustentavam que os africanos resistentes, por meio das crenças religiosas, teriam sido trabalhados por “feiticeiros curandeiros”. Sob essa ótica, “os movimentos de resistência, por mais heroicos que fossem, constituíam impasses fatais”³⁹.

Normalmente, a conquista europeia obedecia algumas etapas antes da intervenção propriamente dita. Depois da fase de atividades políticas e diplomáticas, seguia-se um acidente que justificasse a intervenção. Foi o que fizeram os italianos na Etiópia, depois de um acordo não cumprido⁴⁰. Os italianos queriam dominar a região conhecida como o Chifre da África, pois após a construção do canal de Suez, em 1869, o litoral do Mar Vermelho se tornou atraente para os colonizadores europeus. O controle do canal constituiria o controle do comércio, o que resultaria numa fonte de expansão do capital e aumento da riqueza. Os franceses tomaram o porto de Djibuti, país oriental a leste do golfo de Áden, portanto, relativamente próximo ao canal de Suez e do Mar Vermelho, o que franquiava acesso ao Mar Mediterrâneo e ao oceano Índico. Os ingleses se sentiram ameaçados pelos franceses, o que os fez apoiar os interesses italianos na Eritreia e Etiópia. Conter o ímpeto da França na costa oriental da África resultaria em manter a sua hegemonia na região. Os italianos almejavam conquistar os dois países orientais, por isso, em 1885, desembarcaram na costa dos eritreus e, em seguida, dominaram a cidade portuária de Masawa.

Diante da empreitada italiana, o rei da Etiópia, Menelik II, assinou o Tratado de Wichale, estabelecendo um acordo de colaboração em que os italianos defenderiam os interesses etíopes na Europa. Para tanto, o acordo reconhecia a soberania da Itália na Eritreia, pois os etíopes não tinham controle sobre a área, que era dominada por muçulmanos. O texto

³⁹ RANGER, op. cit., p. 54.

⁴⁰ LAROUÏ, Abdallah. Iniciativas e resistência africanas no norte da África e no Saara. In: *In*: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. v. 7, p. 118.

do tratado diferia em suas versões em italiano e aramaico, pois enquanto a versão italiana falava de dependência etíope, a aramaica versava sobre uma relação de parceria. A partir desse ponto, os europeus não aceitaram a independência da Etiópia, classificando-a como protetorado da Itália. Diante desse fato, o rei Menelik II denunciou o acordo em 1893, o que provocou um conflito com os italianos três anos depois. Menelik II conseguiu o apoio de outros reis etíopes, unificando o país, possibilitando formar um exército com cerca de 196 mil soldados, a metade armado com rifles, canhões e munições entregues pelo porto de Djibuti, já controlado pelos franceses.

Ao controlar a Eritreia, os italianos deram mais um passo para dominar a Etiópia, invadindo a cidade de Adowa, no norte do país. Os italianos foram derrotados nos arredores de Adowa, acabando de vez com o seu projeto expansionista na região. Os números são fortes: 289 oficiais e 2.918 soldados italianos mortos, enquanto que dois mil soldados eritreus perderam a vida, somando mais sete mil vidas perdidas dos etíopes. Naquele momento, os etíopes barraram os intentos italianos, conseguindo manter a independência com um novo tratado de paz, assinado na cidade multicultural de Adis-Abeba⁴¹. No entanto, a Itália fortalecida pelo autoritarismo, na forma do fascismo de Mussolini, unida ao nazismo de Hitler, voltaria a ocupar novamente a Etiópia, só que desta vez com êxito, na década de 1930. Adis-Abeba serviu como capital do Duque de Aosta para o território da África Oriental Italiana. A cidade foi libertada pelo major Orde Wingate, por negus Haile Selassie e pela resistência da Força Gideão etíope em 1941.

Do outro lado do continente africano, a experiência traumática dos campos de concentração servirá de modelo aos campos de extermínio implantados pelos alemães antes e durante a II Guerra Mundial. Referimo-nos principalmente ao dispositivo de aniquilamento do não branco, implantado pelos alemães na atual Namíbia, no Sudoeste Africano, coordenado pelo general e governador Ludwig von Trotha. A região atraiu uma quantidade significativa de alemães no início do século XX, desejosos de fundarem uma colônia, tal como os ingleses na África do Sul. Para essa colônia, os alemães contabilizaram um total de mais de 3.000 indivíduos, somado aos 1.500 de outras nacionalidades europeias. Diante da invasão dos brancos, do confisco de terras e de gados dos nativos, os Hereros iniciaram um levante em 1903, sob a liderança de Samuel Maharero. Eles destruíram algumas fazendas dos brancos,

⁴¹ FACINA, Adriana; CASTRO, Ricardo Figueiredo de. As resistências dos povos à partilha do mundo. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 222-223.

capturaram gado e mataram dezenas de colonizadores alemães. No entanto, a represália não demorou a chegar.

As campanhas militares do general Trotha, seguindo ordens diretas do imperador, objetivava esmagar o levante por qualquer meio que fosse necessário. Quando o general desembarcou na África em 13 de junho de 1904, afirmou que não aceitaria a rendição dos revoltosos. O povo Herero havia se retirado para Waterberg, que fica ao norte da cidade de Windhoek. As forças alemãs o cercou e o imobilizou numa pequena área. Aproximadamente 50 mil pessoas ficaram confinadas, junto com o gado, numa área de 18 quilômetros quadrados. Despojados de todos os meios para sobreviver, os Hereros foram constrangidos a trabalhar para os colonos brancos alemães e ingleses que mudaram para a região. As terras e os rebanhos foram confiscados pelos colonizadores. Alguns grupos conseguiram fugir ao cerco e escaparam pelo sudeste. Mais de 2 mil hereros fugiram para a África do Sul. Samuel Maherero atravessou o deserto de Kalahari e chegou a Bechuanalândia. Lamentavelmente, os Hereros que ficaram foram massacrados, e no dia 2 de outubro de 1904, Trotha ordenou que liquidassem os últimos resistentes. No início de 1905, a conquista da região já estava consolidada.

No total, foram dizimados perto de 80 mil africanos, ou seja, 80% da população, ficando 14 mil hereros confinados em campos de concentração. A primeira experiência nazista estava consagrada com êxito na África⁴². Os povos Hereros foram proibidos de formar estabelecimentos étnicos e de praticar os seus ritos religiosos tradicionais. Com seus deuses e sacerdotes vencidos, o que para eles “provava a sua inferioridade”, converteram-se ao cristianismo dos colonizadores. Os Hereros deixaram uma herança de luta contra a dominação colonial, de consciência cultural, histórica, racial e nacionalista, “[...] cuja tradição seria transmitida às futuras gerações de combatentes pela liberdade em toda a África meridional”⁴³.

Na antiga Moçâmedes, na região de Namibe, também no sudoeste da África, ocorreu um conflito singular contra as autoridades portuguesas. A resistência assumiu uma face peculiar diante da intrusão portuguesa, sendo a mola propulsora dos trágicos acontecimentos uma epidemia que devastou o rebanho de bovinos da região, por volta de 1897. A epidemia veio da África do Sul e atingiu Damaralândia e Ovampo, entre outras regiões, o que suscitou uma resposta rápida das autoridades administrativas coloniais. Para isso, promoveram uma campanha de vacinação do rebanho, convocando para essa tarefa a

⁴² BLEY apud M'BOKOLO, op. cit., p. 378.

⁴³ CHANAIWA, David. Iniciativas e resistência africanas na África meridional. In: BOAHEN, Albert Adu (ed.). *História geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília, DF: UNESCO, 2010. v. 7, p. 247-248.

companhia dos Dragões do Planalto de Moçâmedes, sendo comandada pelo capitão José Eugênic da Silva e o conde e tenente Almoester⁴⁴. Os comandantes foram convencer a autoridade local e o chefe da aldeia, o soba, da necessidade da medida de vacinação em massa do rebanho.

O soba tinha decidido, segundo a percepção dos portugueses, a favor das ações imunizatórias, sem consultar os demais “sobetas”, autoridades dos povoados mais distantes. No entanto, no dia seguinte, o povo, reunido em assembleia, junto com os sobetas e liderados pelo soba, decidiram que não deveriam vacinar o gado. A justificativa era que o gado que foi vacinado do outro lado do rio tinha morrido. Note-se que uma parte dos colonizadores brancos, talvez pelo preço que deveriam desembolsar ou por não compreenderem o processo de vacinação, também recusaram a medida profilática. O fato é que não houve uma atitude de separação entre o gado vacinado e o que não tinha recebido o remédio, fazendo com que a medida se tornasse sem eficácia. Alguns sobas aceitaram a vacinação, não por acreditarem na capacidade de cura, mas devido a pressão das autoridades lusas.

A notícia da negativa em vacinar o gado em Humbe e Diálema tinha se espalhado, fazendo com que o capitão Guardado se antecipasse para ir em algumas localidades e sítios. A raiva do capitão foi tão grande que ele chamou o soba de “sobeta”, chegando a chamar de ignorantes as comunidades que não entendiam a técnica de “tirar a bílis” dos bois doentes e aplicar nos sãos. A “peste” tinha matado tanto rebanho que a equipe imunizadora teve que cortar caminho, pois os africanos começaram a achar que eram eles que estavam inoculando veneno no gado ou espalhando a epidemia⁴⁵. A tensão se agravou a ponto do “gentio” querer espancá-los, o que forçou a retirada do batalhão de Dragões, junto com o tenente Almoester. A forma como a equipe deveria deixar a região e o desencontro de opiniões retardaram a partida. O capitão Almoester, não querendo subordinar-se aos elementos civis que o acompanhavam, assumiu a direção da retirada. Silva Guardado descreve, no capítulo dois do livro de suas memórias, a retirada da Companhia dos Dragões e da brigada de vacinação da região de Humbe sem sucesso dos objetivos, pois não conseguiram convencer os nativos da necessidade profilática dos animais. A tropa teve que substituir os animais por homens carregadores, pois aqueles tinham morrido. O agrupamento foi dividido, o que ocasionou momentos difíceis para as duas caravanas. A que estava sob o comando de Guardado foi recebida a tiros quando foram obter mantimentos para a tropa. No capítulo três das memórias, Guardado descreve o

⁴⁴ O relato que serve de base ao estudo foi escrito pelo ex-combatente militar Silva Guardado, reunidos nos *Cadernos Coloniais* portugueses. Cf. GUARDADO, A. A. da Silva. O massacre dos Dragões do Conde de Almoester. *Cadernos Coloniais*, n. 34. Lisboa: Cosmos, 1939.

⁴⁵ GUARDADO, op. cit., p. 18.

acontecimento mais grave, o massacre dos seus companheiros de jornada. Ambrósio era um soldado “preto” de Moçambique, auxiliar das tropas dos Dragões. Ele revela os fatos ocorridos após a retirada do sargento Rocha. Segundo Ambrósio, o “gentio” não dava descanso aos soldados, disparando sempre às escondidas entre os arbustos e espinheiros, quase à queima-roupa. Quando os nativos matavam um soldado, despojavam-lhe de tudo o que encontravam, deixando-o em estado de nudez.

Silva Guardado, junto com o comerciante José Lopes, dirigiram-se para o local do combate, o mais trágico de sua experiência militar. De acordo com o seu relato, encontraram no meio da estrada dois cadáveres desnudados, “[...] mutilados e desfigurados, sem os órgãos genitais e com o peito aberto do lado esquerdo. Tinham-lhes arrancado o coração”⁴⁶. Ao interrogar um “preto” a respeito da atitude dos rebeldes, foi dito que o motivo era para que os feiticeiros fazerem feitiço (“os quimbandas fazerem milongo”). Pelas insígnias, eram dois graduados, sendo um Cabo e um Primeiro Sargento. Em seguida, encontraram mais dois cadáveres, sendo o do tenente Almoester e de seu ajudante que veio da metrópole. Conforme o relato, os corpos estavam cobertos de moscas varejeiras, com o crânio do conde fendido com um golpe, possivelmente de machadinha, de onde saía a massa encefálica. No corpo do comandante havia ainda dois ferimentos a bala, encontrando o cadáver nu, assim como de seu companheiro. Os corpos foram enterrados, mas antes, o comerciante José Lopes retirou a aliança da mão do conde para entregar à viúva. Guardado afirma que houve a necessidade de vingar o acontecido e para isso foi organizada uma expedição, da qual participou numa coluna de operações. Quanto aos responsáveis pelo massacre das tropas lusas, ficou um vazio na fala do ex-comandante Guardado.

A resistência africana efetuou - se por causa da epidemia que dizimava o gado bovino, principal atividade econômica dos habitantes da região. A epidemia foi atribuída à maldição dos colonizadores. Dos silêncios das memórias de Silva Guardado, em que tenta ser equilibrado no discurso, sobressai a força da resistência africana. Em vários momentos, Guardado descreve os soldados lusos, apesar de minoritários, como heróis, lutando orgulhosamente. O ex-militar Guardado era o representante de uma instituição militar, obrigado o tempo todo a ter cuidado com as palavras para demonstrar a heterogeneidade dos membros e o autoritarismo oculto das atitudes do conde Almoester. Para isso, o seu discurso estava repleto de palavras como respeito, hierarquia e disciplina quando direcionava aos militares, e queixas de covardia, traição, ingratidão e selvageria quando se referia aos

⁴⁶ Ibid., p. 34.

africanos. Onde nós lemos resistência, Guardado lê rebeldia de bárbaros. Quanto aos corpos mutilados e despidos, o ex-oficial narrador via naquela atitude o exemplo de selvageria de povos atrasados. No entanto, por que esses selvagens não se apropriaram da aliança que foi endereçada à viúva do comandante morto? A vida comum e solidária entre os nativos africanos e os seus rituais com os mortos precisam ser interpretados a partir da interrupção dialética do discurso do colonizador.

Gueye e Boahen observam que a maioria das tentativas de resistência armada na África fracassou, isso se considerarmos somente os resultados imediatos, mas a ciência da história nos ensina que devemos analisar os acontecimentos além dos impactos instantâneos. Os africanos conheciam melhor o terreno dos embates e a dureza do clima, o que obrigava os europeus a interromper operações em certos períodos do ano. No entanto, nos termos da Convenção de Bruxelas, de 1890, os europeus acordaram em não vender armas aos africanos e os seus armamentos estavam em melhores condições técnicas do que os opositores da África. A maioria das tropas invasoras era constituída por militares africanos liderados por oficiais das metrópoles europeias. Assim, conheciam tão bem o campo de ação bélica quanto os adversários. As rivalidades africanas permitiram aos administradores coloniais, como Harry Johnston, “dividir para reinar”, estratégia em que dava mostra de consumada arte.

Sem aliados nem mercenários da África, os europeus não poderiam ter infligido a dominação com tão insuficiente contingente de homens no continente africano. Os exércitos portugueses que selaram a “conquista” do vale do Zambeze em 1902, por exemplo, eram compostos por mais de 90% de recrutas africanos, de forma idêntica, só que em proporções menores, era a situação dos exércitos lusitanos em Angola. Em alguns conflitos, os inimigos africanos procuravam seus protetores europeus para abalar a organização interna dos rivais. Faltaram aos africanos resistentes a união para uma aliança estratégica para forçar os europeus a atuarem em várias frentes, simultaneamente, forçando debilidades localizadas⁴⁷. A partir do distanciamento histórico, percebemos que os africanos tinham outras necessidades imediatas e viviam outras relações societárias que impediam naquele momento formar uma resistência consistente. Os povos africanos são fortes e corajosos, com altas habilidades, como demonstram os vários espaços em que foi usado a sua força de trabalho. O nosso erro continua quando analisamos os conflitos com os olhos de hoje e exigimos dos povos da África mecanismos e estratégias, tomando como modelo civilizações com organizações sociais e econômicas diferentes no tempo e espaço.

⁴⁷ GUEYE; BOAHEN, op. cit., p. 165.

Considerações finais

Objetivei mostrar, com alguns casos de resistências, que a oposição à colonização assumiu diferentes frentes e causas variadas, tais como tratados fraudados e imposição de vacinas. Na África houve certo provincianismo e particularismo étnico que dificultaram as resistências. Alguns estados teoricamente mais fortes e sociedades menos bélicas, enfrentaram o invasor sem procurar alianças mais extensas. Os povos Bie, Humbe, Ganguela e de Angola combateram os portugueses sem traçar alianças com os vizinhos e os estados de Chikunda, que viviam rivalidades acentuadas, proporcionaram, por isso, vantagens aos lusitanos. Os estados Nguni, por volta de 1890, também foram incapazes de desenhar alianças para resistir à expansão britânica na Niassalândia, como aconteceu com os Maseko, Gmani e Mpeseni, que lutaram isoladamente contra as forças coloniais britânicas, numericamente menores, e foram esmagados, possibilitando a criação da colônia da Niassalândia. Os povos africanos demoraram a utilizar a estratégia de guerrilha contra os invasores, pois não perceberam que na guerra clássica não teriam êxito com os armamentos e equipamentos bélicos ultrapassados. Mesmo na África, a logística dos materiais bélicos e a movimentação das tropas estrangeiras eram maiores do que as dos africanos. Esses fatores explicam parte das derrotas sofridas pelos vários grupos de algumas nações africanas.

A tradição de confronto e de resistência coexistiu com uma certa colaboração de algum líder aqui e acolá. A Companhia de Moçambique, em uma aliança secreta, constrangeu Chipitura, membro dissidente da aristocracia Bárue, ao reconhecer a soberania de Portugal que, em troca, deveria ajudá-lo a vencer seu rival, Hanga. Distintos povos da África, no entanto, para contrabalançar a deficiência de seu potencial bélico, fizeram coligações multiétnicas mais amplas, como foi o caso do chefe dos Gaza, Gungunhana, que convidou os Swazi a se unirem na luta contra os portugueses. Igualmente os Bárue estabeleceram uma aliança multiétnica com os Tonga, os Tawara e diversas populações shona, da Rodésia do Sul, atual Zimbábue. O exemplo dos Bárue mostra que esses acordos temporários eram mais comuns quando a economia, o parentesco e a religião já conectavam anteriormente essas populações⁴⁸. No momento em que os Europeus intensificaram a colonização, a mística religiosa cristalizou a tomada de consciência e alimentou uma série de protestos. Dessa forma, a violência da ocupação e o poder de oposição menor, favoreceram o recurso ao sagrado como expressão de luta cultural.

⁴⁸ ISAACMAN; VANSINA, op. cit., p.199-200.

É difícil divergir de que a Europa e a América têm uma enorme dívida para com a África pela escravidão atlântica, pela partilha do continente e pelo colonialismo e sua herança. Esse legado dos colonizadores constitui obstáculos para a construção de uma longa estrada de combate à miséria e às extremas desigualdades, assim como de enfrentamento dos vários conflitos presentes ainda hoje no continente. Os exércitos africanos perderam a maioria dos confrontos durante as guerras colonialistas do final do século XIX e início do XX, no entanto, as causas pelas quais os resistentes lutaram estavam vivas nas lutas pelas independências que varreram o continente após a II Guerra Mundial.